



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

30/11/2022

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



Emprego formal perde ritmo, demissões crescem mais que admissões e salário diminui

Entre contratações e demissões, o país teve saldo de 159.454 postos de trabalho formais em outubro, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o “novo” Caged, divulgado nesta terça-feira (29) pelo Ministério do Trabalho e Previdência. O resultado, embora positivo, mostra redução do ritmo de admissões, inferior ao de demissões, e salário menor. O estoque de emprego chegou a quase 43 milhões (recorde de 42.998.607).

Entre os setores de atividade, houve forte concentração em serviços, com saldo de 91.294 vagas. O comércio abriu 49.356, com a proximidade das festas de fim de ano. A indústria e a construção civil ficaram mais próximas da estabilidade (14.891 e 5.348, respectivamente), enquanto a agropecuária fechou 1.435 postos de trabalho.

O saldo no ano é de 2.320.252 vagas. Mas o ritmo de admissões é menor que o de demissões, segundo os dados do Caged. Enquanto as contratações cresceram 10,4% de janeiro a outubro, em comparação com igual período do ano passado, os desligamentos aumentaram 15,4%. A criação de empregos com carteira, em 2022, se concentra também em serviços (1.263.899).

Ainda pelos dados divulgados hoje, o salário médio de admissão (R\$ 1.932,93) é 2,4% menor que o de desligamento (R\$ 1.981,39). Ou seja, quem entra ganha menos do que aquele que perde o emprego. Essa situação se repete desde fevereiro. O salário dos contratados também cai há dois meses.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 30 de novembro.

Prazo para pagamento de primeira parcela do 13º termina nesta quarta

Termina nesta quarta (30) o prazo para o pagamento da primeira parcela do 13º Salário. A segunda parcela deve ser paga até dia 20 de dezembro. Por isso, o trabalhador precisa ficar atento.

O valor deve ser de 50% do salário nominal. Ou seja, o valor que está registrado na Carteira de Trabalho do empregado. Para chegar ao cálculo de quanto tem direito, o trabalhador deve dividir o seu ordenado em 12 partes e somar de acordo com os meses em que trabalha na empresa.

Por exemplo, se o funcionário está na empresa desde janeiro, recebe o valor cheio. Agora, se ele está empregado desde junho, receberá o equivalente a 6/12 avos, ou seja, metade do salário.

O economista do Dieese, Rodolfo Viana, alerta: “O empregado precisa ficar atento ao valor que será depositado em sua conta bancária para evitar calote. Em caso de qualquer divergência no 13º, ele deve procurar imediatamente o Sindicato que o representa”.

História – O direito ao 13º salário foi instituído após intensas lutas do movimento sindical. Em 1962, o governo João Goulart (Jango) sancionou a Lei 4.090, que garante a todos os trabalhadores.

Mais – Caso sua empresa não efetue o pagamento da primeira parcela do 13º salário nesta quarta (30) ou deposite o valor errado, informe imediatamente ao seu Sindicato.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 30 de novembro.

Senado aprova regulamentação da telessaúde no Brasil

O Senado aprovou nesta terça-feira (29) o Projeto de Lei (PL) 1.998/2020, que regulamenta a prestação virtual de serviços de saúde, a chamada telessaúde. Como foram feitas alterações no texto pelos senadores, ele voltará à Câmara para uma nova análise dos deputados. A telessaúde foi criada e permitida em caráter emergencial, no contexto da pandemia de covid-19, e agora precisa ser regulamentada para assegurar a legalidade da prática.

De acordo com o texto, o médico poderá decidir se atende o paciente de forma remota, desde que o paciente concorde com isso. Caso o paciente recuse o atendimento virtual, o atendimento presencial deverá ser garantido pelo profissional de saúde. A prática ficará sujeita ao Marco Civil da Internet (Lei 12.965, de 2014), à Lei do Ato Médico (Lei 12.842, de 2013), à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709, de 2018), ao Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990) e à Lei do Prontuário Eletrônico (Lei 13.787, de 2018).

Saiba mais em: A Tribuna, quarta-feira 30 de novembro.

Arrecadação federal sobe 7,97% em outubro e é recorde para o mês

A arrecadação federal registrou mais um recorde em outubro, impulsionada pelo recolhimento de royalties de petróleo e por uma robusta arrecadação de empresas e também de investimentos em renda fixa, que ganharam força com a elevação da taxa básica de juros, mostraram dados divulgados nesta terça-feira (29).

De acordo com a Receita Federal, a receita tributária totalizou R\$ 205,475 bilhões em outubro, 7,97% a mais em termos reais em relação ao mesmo mês do ano passado.

O resultado foi o maior para o mês da série iniciada em 1995, e só ficou abaixo do dado de janeiro de 2022. Recordes mensais também foram alcançados em todos os outros meses deste ano.

A Receita Federal apontou que o crescimento econômico mais forte ajudou a aumentar o recolhimento de impostos sobre a renda das pessoas jurídicas, enquanto os preços mais altos do petróleo alavancaram os royalties.

Os impostos sobre a renda do capital também aumentaram 57% em outubro, em razão da apreciação da taxa Selic, disse o fisco, destacado o desempenho dos fundos e títulos de renda fixa.

A arrecadação administrada pela Receita, que engloba a coleta de impostos de competência da União, cresceu 7,39% em termos reais em outubro, para 185,284 bilhões de reais. Já aquelas administradas por outros órgãos, com peso grande dos royalties sobre a exploração de petróleo, subiram 13,60%, a R\$ 20,191 bilhões.

O banco central interrompeu seu ciclo de aperto em setembro, mantendo sua taxa de referência em 13,75% por duas reuniões de política monetária consecutivas, depois de ter elevado gradualmente a Selic do menor patamar da história de 2% a partir de março de 2021.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 30 de novembro.

Deflação perde força e IGP-M tem queda de 0,56% em novembro, diz FGV

A deflação do IGP-M (Índice Geral de Preços-Mercado) perdeu força em novembro e o índice caiu 0,56%, depois de ter recuado 0,97% no mês anterior, com pressão dos preços em todos seus três subíndices.

A expectativa em pesquisa da Reuters para o dado divulgado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) nesta terça-feira (29) era de recuo de 0,38%. Com o resultado de novembro, o índice passou a acumular em 12 meses avanço de 5,90%.

O IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo), que responde por 60% do índice geral e apura a variação dos preços no atacado, caiu 0,94% em novembro, de uma queda de 1,44% no mês anterior.

Já o IPC (Índice de Preços ao Consumidor), que tem peso de 30% no índice geral, passou a subir 0,64% em novembro, de alta de 0,50% em outubro.

"No índice ao produtor, a soja foi o principal destaque ao registrar alta de 1,25%, ante queda de 0,66%, no mês anterior. No IPC, a principal contribuição para a aceleração do índice partiu da gasolina, cuja taxa passou de -3,74% para 1,58%", explicou André Braz, coordenador dos índices de preços

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 30 de novembro.

Preços ao produtor no Brasil caem em outubro e índice em 12 meses tem menor nível em 2 anos e meio

Os preços ao produtor no Brasil recuaram pelo terceiro mês seguido em outubro e o índice acumulado em 12 meses chegou ao menor nível em quase dois anos e meio, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta terça-feira (29).

O Índice de Preços ao Produtor (IPP) recuou 0,85% em outubro, passando a acumular em 12 meses alta de 6,50%, menor resultado neste tipo de comparação desde junho de 2020 (+6,38%).

Entre as 24 atividades analisadas, o IBGE apontou que 12 apresentaram queda e 12 tiveram alta. O maior destaque foi a indústria química, com queda de 4,58%, devido ao recuo nos preços dos fertilizantes e dos produtos orgânicos.

O IPP mede a variação dos preços de produtos na "porta da fábrica", isto é, sem impostos e frete.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 30 de novembro.